



BANCARINHO

Edição

874

28/03/2018 - ANO: XIX



CONTRAFIN
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Negociação sobre saúde no Itaú tem avanços

A COE (Comissão de Organização dos Empregados) e o GT de Saúde do Itaú garantiram, em negociação com a direção da empresa, uma importante conquista para os funcionários.

Foram dois anos de intensos debates, mas no fim, o banco cedeu e o débito referente à antecipação salarial até a perícia do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no caso de indeferimento será de até 30% do salário. Antes, a empresa fazia o desconto do valor integral.

Outro assunto tratado foi a situação dos funcionários do Citibank e sobre o convênio médico e odontológico oferecidos aos funcionários da ativa, aposentados e

dependentes que sofreram reajustes muito acima dos salários e da inflação.

Em 12 meses encerrado no último mês de fevereiro, o índice de preços medido pelo IBGE (IPCA) ficou em 2,84%. Os salários tiveram aumento de 2,75% no ano passado. Mas os planos de saúde foram reajustados em 16,89%.

Os funcionários contratados depois de 30 de novembro de 2015 terão de arcar com esse reajuste para cada um dos dependentes.

Os que foram contratados antes dessa data terão reajuste único, independente do número de dependentes.

Desde 2010 o Itaú se recusa a negociar a renovação do acordo coletivo específico para o plano de saúde.

Eleições na Funcef começa no dia 2/4

As eleições da Funcef será nos dias 2, 3 e 4 de abril, estão concorrendo 3 chapas. Para votar será preciso baixar o aplicativo da Funcef (disponível na Apple Store e Play Store).

Para passar a ter acesso às funcionalidades do app, é só inserir o CPF e a senha do Autoatendimento, a mesma usada no Portal da Funcef, e clicar em acessar.

É preciso fazer um cadastro para que o login seja liberado, o participante deverá acessar o ambiente da votação no Autoatendimento do aplicativo.

O movimento sindical, está apoiando a Chapa do Participante que é número 3. E vai aparecer em 1º lugar no sistema de votação. É importante destacar que não haverá votação pelo SISRH (sistema interno da Caixa) nem pelo telefone.

Bancos são beneficiados com o Refis

Os bancos, setor mais lucrativo da economia, foram os maiores beneficiados com o Refis, programa de parcelamento de débitos tributários da União. Itaú, Santander, Safra e Rural tiveram abatimento de mais da metade das suas dívidas pelo governo federal. Juntos, os quatro bancos negociaram uma dívida total de R\$ 657,3 milhões, mas terminaram se comprometendo a pagar apenas R\$ 302 milhões.

O movimento sindical bancário critica essa postura do governo, pois se trata de um absurdo. Em 2017, o Itaú obteve o maior lucro da história de uma instituição financeira no país, R\$ 24,8 bilhões, crescimento de 12,3% em relação a 2016. Por sua vez, o Santander tem no Brasil sua maior fonte de lucro em todo o mundo. No ano passado teve o seu melhor resultado no país, embolsando mais de R\$ 9 bilhões, crescimento de 35,6% em 12 meses. Mesmo com estes resultados impressionantes, os bancos no Brasil seguem cortando postos de trabalho. Juntos, Itaú, Santander e Bradesco extinguiram quase 18 mil empregos. Qual a razão para que um setor que lucra bilhões e que não contribui com o nível de emprego no país seja beneficiado com o perdão de dívidas milionárias.

Acordo de demissão prejudica trabalhador

Os dados mostram o que o movimento sindical sempre explicitou: os enormes prejuízos da reforma trabalhista, em vigor desde novembro. A nova lei influenciou a demissão de 11.118 trabalhadores de 8.476 empresas, em fevereiro, através de "acordos" com os patrões.

Só quem perde é o empregado. Sem a participação ou fiscalização dos sindicatos, o funcionário faz o acordo e tem direito a sacar 80% do saldo do FGTS e a multa devida pelo empregador cai de 40% para 20%. Além disso, o aviso prévio é reduzido à metade.

Mais uma consequência negativa da nova legislação. O trabalho intermitente, em que o empregado recebe por hora trabalhada, ou seja, sem perspectiva de remuneração mínima mensal e garantia de jornada, teve aumento nas contratações. Em fevereiro, 2.660 admissões foram registradas e 569 desligamentos na modalidade. O saldo foi de 2.091 empregos.

Já no regime de trabalho parcial, foram 6.490 admissões e 3.423 dispensas, com saldo positivo de 3.067 postos. Na categoria de teletrabalho, foram computadas 362 contratações e 243 desligamentos, o que gerou saldo de 119 empregos.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, confirmam que a reforma trabalhista legaliza a precarização do trabalho, sem garantias e proteção. O aumento no índice de contratações em modalidades informais comprova isso.